

## **Povos dos Altos Rios Doce, Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus: paisagens de “perigos” e “pobreza”, transformações e processos identitários (Século XIX e transição para a República)<sup>1</sup>.**

**Pueblos de los Altos Ríos Doce, Jequitinhonha, Mucuri y São Mateus: paisajes de "peligros" y "pobreza", transformaciones y procesos identitarios.**

Izabel Missagia de Mattos\*

**Resumo:** O trabalho busca recuperar, por meio de uma etnografia histórica - cujo eixo narrativo é centrado na categoria *paisagem*, na situação do meio ambiente e suas transformações -, a história da ocupação de uma região de fronteira nos altos dos rios Doce, Mucuri, Jequitinhonha e São Mateus. A descrição visa a conferir visibilidade aos indígenas em suas relações com os adventícios, naquele contexto de transição para a República e de formação da nacionalidade brasileira.

Palavras-chave: Paisagem. Zona de fronteira. Botocudos

**Resumen:** El trabajo busca recuperar, por medio de una etnografía histórica -cuyo eje narrativo es la categoría paisaje, la situación del medio ambiente y sus transformaciones -, la historia de la ocupación de una región de frontera en los altos de los ríos Doce, Mucuri, Jequitinhonha y São Mateus. La descripción tiene el objetivo de conferir visibilidad a los indígenas en sus relaciones con los demás actores en aquel contexto de transición a la República y de formación de la nacionalidad brasileña.

**Palabras-clave:** Paisaje. Zona fronteriza. Botocudos

---

<sup>1</sup>Agradeço à professora Cynthia Radding, da Universidade da Carolina do Norte (UNC) pela oportunidade de discussão da temática aqui apresentada, sobretudo nas discussões em Seminários realizados ao longo de minha estadia na UNC em Chapel Hill (2016-2017).

\* Professora associada de Antropologia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, atua em cursos de graduação e Pós-graduação nas áreas de História e Ciências Sociais e é autora do livro *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas* (2004) - trabalho premiado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS, 2003) -, fruto de pesquisa de doutorado realizada na Universidade Estadual de Campinas. Atualmente vem investigando, com o auxílio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio de Janeiro, processos referentes à memória social, paisagem e patrimônio cultural de povos indígenas em Minas Gerais.

“Apertados pela população christã que ocupava a costa e pelos intrépidos paulistas que embrenhando-se pelos sertões desta província em procura de ouro e de pedras preciosas se estabeleceram em torno da cordilheira central, viram-se os indígenas obrigados a reunir-se no vale do Mucury estendendo-se ao N.E. e ao N.O. até o Jequitinhonha e seus afluentes e ao S.E. e S.O. até o Suassuhy Grande, e aí estreitados viveram numa constante guerra entre si os Mololes, Machacoles, Nakinukis, Araras, Gyporokis, Bokens, Urucus, Porohins, fazendo estas seis últimas tribos parte da grande nação botocuda”. (Francisco Sá, 1893, p. 213)

“Quando chega um homem poderoso, o nome dele desaparece o [nome] do pobre. Some” (Horácio, sobrinho de Domingos Pacó<sup>2</sup>, Campanário, MG)<sup>3</sup>.

A região conhecida como “centro da mata”, na Província de Minas, em meados do Século XIX, foi palco de acontecimentos envolvendo atores adventícios de origens diversas que se relacionaram, de formas diferentes, com os ameríndios que ali se encontravam. Uma leitura histórico-etnográfica da situação envolvendo aquela região de *fronteira*, suas paisagens e memórias, por meio de análise da documentação levantada e por informações colhidas em incursões de campo, será ensaiada neste artigo<sup>4</sup>.

Aspectos geográficos e culturais da paisagem, assim como as territorialidades em disputa, também expressam a trama identitária naquele contexto, na medida em que a memória social se encontra situada e referenciada. Os processos de transformação da paisagem ali ocorridos no decorrer dos acontecimentos relatados, por sua vez, não aconteceram sem consequências perceptíveis nas transformações daqueles povos e suas cosmologias.

Ferramenta metodológica utilizada na descrição a etnográfica, *apaisagem* permite, também enquanto categoria teórica, situar atores e objetos no espaço, na percepção cultural e no tempo, assumindo crescente papel de relevância nas abordagens dos ameríndios na história (RADDING,

---

<sup>2</sup>Domingos Ramos Pacó (1867-1935) foi professor indígena da missão do Itambacuri, filho do intérprete (língua) Felix Ramos e da índia Umbelina, neto do Capitão Pohóc. Para uma biografia completa do professor indígena, cf. MISSAGIA DE MATTOS, 2018.

<sup>3</sup>Gravação Sr. Cândido e Sr. Horácio realizada em 17/02/2005. Campanário.

<sup>4</sup>As incursões de campo ocorreram entre 2014-2015 com o apoio da FAPERJ. Agradeço a todos os colegas do GEPAF/UFVJM, em nome do prof. Leonel Oliveira, ao apoio incondicional a esta pesquisa.

2014).

O conceito de zona de *fronteira* (*borderland*) por sua vez, também evoca a dimensão espacial dos estudos das relações sociais e simbólicas entre diferentes povos e seus mundos, incluindo humanos e não-humanos. Tais aproximações vêm, de fato, complexificando o conhecimento de instituições como missões, expedições militares, entre outros<sup>5</sup>. Com efeito, processos ocorridos nas zonas fronteiriças podem ser visualizados, tais como redes, por meio da circulação entre mercadorias, caminhos migratórios e memórias históricas e dos laços significativos entre os diferentes povos, inter cruzando distâncias geográficas, culturais e políticas<sup>6</sup>. (RADDING, 2017: 10).

A visibilidade conferida a esses processos permite que eles possam narrar não apenas situações “periféricas” e “folclóricas” da história mas, inclusive, muitas das bases da formação da própria nacionalidade nos diversos países do continente americano, como recentemente vem demonstrando a historiadora nipo-americana Yuko Miki (2018), entre outros autores (LEVIN & RADDING [no prelo]).

Neste sentido, como sintetizam C. Radding & D. Levin, o conceito de *fronteira* requer abordagens interdisciplinares que privilegiam os processos históricos que conectam os fluxos de pessoas, bens materiais e simbólicos na constituição do mundo moderno. (cf. RADDING & LEVIN, no prelo).

Ao abordar as relações entre indígenas, descendentes de africanos, colonizadores e agentes do Estado na zona denominada “fronteira atlântica” (sul da Bahia e norte do Espírito Santo) - que coincide parcialmente com a região enfocada no presente ensaio -, Miki esclarece sua definição de fronteira, radicalmente distinta da ideia de uma “margem desorganizada” na qual o Estado gradualmente passa a exercer controle: “Muito ao contrário” – afirma a autora – “a fronteira [em questão] foi o próprio espaço no qual foram cotidianamente postos à prova e definidos relações entre raça, nação e

---

<sup>5</sup> A temática das zonas de fronteira (*borderlands*) é explorada ao longo dos capítulos que compõem a coletânea *The [Oxford] Handbook of Borderlands in the Iberian World* (Oxford University Press, no prelo), organizada pela antropóloga Danna Levin e pela historiadora Cynthia Radding. (LEVIN & RADDING, no prelo.)

<sup>6</sup> As networks, they [borderlands] trace meaningful linkages among peoples, commodities, migratory pathways, and historical memories across geographical distances and political barriers”. (RADDING, 2017: 10). Para um histórico de investigações sobre os territórios de fronteira na América Latina, ver RADDING, Cynthia, 2017.

cidadania, temas centrais na história pós-colonial do Brasil” (MIKI, 2018:8)<sup>7</sup>.

Em virtude do cruzamento dos métodos interdisciplinares tomados como bases desta investigação, torna-se inevitável o contraste entre paisagem histórica e sua fisionomia atual naquela mesma região: inicialmente, ainda selvática, logo tornando-se lugar valorizado como “ubérrimo” e “fertilíssimo”, tal como um promissor oásis também denominado pelos missionários, que ali aportaram em 1873 para construir o Aldeamento Missionário do Itambacuri, de “Nova Canaã”<sup>8</sup>.

Após a intervenção paisagística inaugurada pela missão “civilizatória”, com suas drenagens, aquedutos, queimadas e pastagens, o lugar tornar-se-ia palco de dramáticos acontecimentos na virada do século, com consequências ainda perceptíveis na situação contemporânea - que envolve problemas ambientais, como o escasseamento da água potável e desertificação, que contribuem para os elevados níveis de pobreza e exclusão social da região<sup>9</sup>.

Desde o período colonial até os primeiros anos de funcionamento da missão catequética entre os indígenas denominados Botocudos<sup>10</sup> pelos portugueses, aquela região de espessa floresta atlântica chegou a ser alvo de impedimentos que a caracterizaram como *fronteira proibida*<sup>11</sup>, tendo em vista a proibição da abertura de caminhos e a navegação fluvial decretado por atos régios expedidos entre 1725 e 1758<sup>12</sup> com o intuito de prevenir o

---

<sup>7</sup> “Rather, the frontier was the very space in which the relationship between race, nation, and citizenship were daily tested and defined; therefore the frontier itself was central to Brazil’s postcolonial history” (MIKI, 2018: 8)

<sup>8</sup> Para uma história da missão do Itambacuri e uma análise etnográfica das relações ali estabelecidas, Cf. Missagia de Mattos, 2004. A percepção da fertilidade daquele ambiente na memória social pode ser traduzida no ditado popular: “Se acabar a água de Itambacuri, acaba a água do mundo” (Moraes, 2014: 50). Para uma descrição das características sócio-históricas do “vale das águas” - onde se estabeleceu a missão em 1873 -, cf. Moraes, 2014.

<sup>9</sup> GEPAF – UFVJM, 2010.

<sup>10</sup> Assim denominados pelos portugueses por causa do adorno labial característico, o *imató*, disco de madeira leve comparada ao “botoque” utilizado como rolha das garrafas de cachaça. A autodesignação deste povo para si, mas extensível para todos os ameríndios, na língua originária é *Borum*, que significa “gente”. Ainda que esses povos tenham se tornado célebres na História e na Etnologia por meio do etnônimo Botocudo, assim eram referidos apenas na forma literária, posto que na prática dos sertões o epíteto de “bugres” foi usualmente adotado pela população regional. Em sua viagem pelo rio Doce, Paul Ehrenreich esclarece que enquanto o primeiro nome, Botocudo, “parece advir da referência aos discos de madeira leve usados como adornos pelos indígenas, parecidos com as rolhas de tonel dos portugueses (botoques), o nome bugre deve referir-se ao vocábulo *bougre*, que significa herético”. Cf., Ehrenreich, 2004 [1887], p. 47-48.

<sup>11</sup> Cf. LANGFUR, Hal, 1999, 2002.

<sup>12</sup> Cópia da Ordem do Real Erário, de 18 de novembro de 1773, extraída de Efemérides Mineiras, IX, pp. 227-228. Em: Fundo Família Lobo Leite Pereira, Arquivo Nacional, AP-5, Cx. 1, Pacote 2. (ESPÍNDOLA, 2007, p. 51).

contrabando de ouro nos descobertos na serra da Mantiqueira, onde seria instalada a capital da Província, Vila Rica.

A proibição colonial propiciaria a preservação de condições ambientais adequadas para o refúgio de diversos povos indígenas que, ao permanecerem lutando por sobrevivência e autonomia no local, serviram, ao mesmo tempo, de “muralhas” vivas para o combate a possíveis incursões de exploração econômica e de contrabando pelas vias fluviais da região<sup>13</sup>.

A coexistência de interesses e projetos antagônicos naqueles espaços recém-ocupados, onde a presença do Estado era extremamente frágil, contribuiu para o estabelecimento histórico de relações complexas e violentas entre seus habitantes de origens tão diversas. O histórico de combate aos povos originários agravou-se pela autorização da escravidão dos indígenas aprisionados em combate por meio do Decreto de Guerra Ofensiva (1808-1831), que incrementou um intenso tráfico de crianças indígenas (*kruk*), responsável - ao lado das epidemias que grassavam, ceifando centenas de vidas a cada ocorrência - pelo rápido decréscimo das populações indígenas da região, culminando como etnocídio de grande parte desses povos.

O contraste deste ambiente selvático com a paisagem contemporânea pode ser condensado pela imagem agonizante do Rio Doce durante a maior tragédia ambiental brasileira que se tem notícia e que atingiu a região em 2015, sepultando corpos humanos e não-humanos, extinguindo espécies da fauna e da flora, além do desolamento profundo acarretado na economia regional, continuamente assolada por prolongadas secas e estiagens.

O cenário paisagístico e seus significados sociais contemporâneos podem ter seu início marcado pelos trágicos cenários vivenciados pelos “índios civilizados” e “nacionais pobres” da missão do Itambacuri na década de 1880, quando um número inestimável de indígenas desapareceu em virtude das epidemias que ali adentraram após a chegada de levas de retirantes miseráveis das secas do nordeste, como retratou o diretor do aldeamento missionário do Itambacuri, o capuchinho italiano Frei Serafim de Gorizia:

[Retirantes] afluíam dos sertões a matar aqui a fome, causada pela terrível e desastrosa seca que houve, chegando uns a tal desespero de se nutrirem de frutas, raízes, cascas

---

<sup>13</sup>Os sentidos para esta proibição foram estudados pelo historiador Hal Langfur. (1999).

selvagens, nocivas e venenosas, e até de carne humana, definhando nos caminhos quando iam procurar sustento, ou morrendo em suas casas sem que pudessem prestar socorro uns aos outros dos que compunham a família, ficando pois os cadáveres insepultos, para os devorarem feras e urubus. Nosso hospício viu-se todos os dias sitiado pelos infelizes, verdadeiros espectros ambulantes.<sup>14</sup>

A revolta indígena ocorrida em 1893, após 20 anos de “civilização” indígena e a quase quatroanos do advento da República, brutalmente reprimida pelas milícias locais e força militar do Estado de Minas Gerais, também representa o modo como o aquele estabelecimento missionário, fundado durante o regime monárquico por meio de aliança com os indígenas, seria praticamente aniquilado<sup>15</sup>.

Finalmente, como epítome do processo de transformação paisagística e de seus significados testemunhamos os próprios episódios contemporâneos de secas sucessivas assolam a região, a exemplo do observado no ano de 2015, em trabalho de campo, quando o próprio sistema de abastecimento de água potável do município de Itambacuri entrou em crise.

Apesar de servirem para contrastar as paisagens e seus significados, ainda que referenciados em uma mesma região geográfica, este ensaio dirige seu olhar às transformações específicas ocorridas ao longo do Século XIX, relativas às paisagens e às formações identitárias, sobretudo no período transição para a República. Certos padrões de ocupação territorial constituem elementos chaves para compreender as dinâmicas analisadas.

Para embasar as leituras das paisagens do aldeamento do Itambacuri e sua área de influência ao longo do Século XIX aqui realizadas podemos adotar as premissas postuladas na investigação de C. Radding: a primeira, a de que “as pessoas criam as paisagens nas quais habitam, bem como têm suas relações sociais e culturais configuradas no espaço físico que as envolvem”(RADDING, 2014: 20, tradução livre).

### **Alto dos Boise matas do Peçanha**

---

<sup>14</sup> Frei Serafim de Gorízia. Relatório do aldeamento indígena dirigido ao ministro geral da Ordem. Agosto de 1891. AGO

<sup>15</sup> Este ensaio não visa a uma análise detida das missões capuchinhas estabelecidas na Província de Minas sob a égide do Decreto 426 de 1845; para isso ver MISSAGIA DE MATTOS, 2003.

Em toda a documentação pesquisada, a região conhecida como *Alto dos Boisse* apresenta uma importante referência para os povos indígenas e estratégica do ponto de vista da povoação regional ao longo do Século XIX, possibilitando rotas de trânsito entre as selvas que caracterizavam aquele ambiente.

Situando-se nos atuais municípios de Capelinha, Minas Novas e Angelândia, a região abrange vastos planaltos ou chapadões imediatamente anteriores aos vales dos rios vertentes para as três grandes bacias do Doce, Mucuri e Jequitinhonha<sup>16</sup>. A vegetação na área de influência do Alto dos Bois varia de resquícios de mata atlântica, manchas de caatinga, passando por “cerradão”, cerradinho e capoeira.

A denominação surgiu da prática dos condutores das boiadas que por ali passavam, encontrando uma situação favorável para o descanso e o pastoreio. Ponto de parada antes do reinício da penosa viagem através dos vales impenetráveis de florestas, daquelas altitudes a boiada seguia para currais situados nos vales dos rios, após o árduo trabalho de abertura das matas.

Assentado por sobre as serras, desde o início do século XVIII, ainda que considerando a precariedade dos caminhos, Alto dos Bois já articulava-se com a capital de Minas, e dali com o Rio de Janeiro e São Paulo, além de comunicar-se, através do Jequitinhonha, com o Recôncavo baiano e a cidade de Salvador (FERREIRA, 1999).

Alto dos Bois tornou-se designação oficial, passando a figurar nos mapas mais antigos da Província de Minas. Um grande aldeamento indígena de fala Maxakali, liderada pelo “Capitão” Tomé assentava-se nesta região em meados do Século XVIII. Este povo, no entanto, seria praticamente dizimado no início dos Oitocentos<sup>17</sup>. Tomé tinha um passaporte assinado pelo Governador da Capitania que o autorizava a extrair e comercializar pedras preciosas na região.

De acordo com informações disponibilizadas pela prefeitura do município de Angelândia, Alto dos Bois contava em 1787 com cerca de três fazendeiros portugueses. Por encontrar-se situado em zona de passagem

---

<sup>16</sup> Hoje os chapadões são ocupados por latifúndios de café para exportação do grupo estrangeiro do Café Três Corações.

<sup>17</sup> A história desta aldeia, de fala Maxakali, foi estudada em MISSAGIA DE MATTOS, 2012.

estratégica para viajantes e tropeiros e próximo a uma importante vila mineradora - Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas da Contagem (atual Minas Novas)<sup>18</sup> -- passou a abrigar, no ano de 1814, um destacamento militar, a 3.<sup>a</sup> Companhia dos Dragões, com cerca de 30 soldados que lá permaneceram por décadas. O novo quartel foi estabelecido por decreto, de acordo com as táticas de guerra ofensiva ordenada pela Carta Régia expedida em 1808 por D. João VI, passando a integrar a Sétima Divisão, estabelecida em 1811, cujo comando se encontrava em São Miguel do Jequitinhonha<sup>19</sup>.

Segundo apurou o barão Johan J. von Tschudi, em sua visita ao Mucuri na década de 1850, povos de língua Maxakali haviam se “aquartelado” no ano de 1794 junto à família do português Antônio Gomes Leal, estabelecida no Alto dos Bois, temendo os ataques dos Botocudos. A abertura das fazendas dos pioneiros foi feita, em grande medida, com a mão-de-obra daqueles povos. No *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil*, organizado por Milliet de Saint-Adolphe (1845, Vol I: 36), Alto dos Bois é descrita como uma aldeia formada no ano de 1809 pelos Macuni. “Faz-se nela excelente queijo” – diria o francês. “O milho, as vinhas e o trigo, e também os algodoeiros dão-se muito bem nas terras desta aldeia”.

A existência destes “índios amigos” dos portugueses - porque inimigos comuns dos Botocudos - ali aquartelados, explica porque Alto dos Bois figura como “aldeia” na documentação histórica. A relação daqueles povos com os da “matas do Peçanha”, no alto Rio Doce, também aparece nas fontes coloniais. Posteriormente iria se instalar naquelas matas um dos subgrupos Botocudos considerados “mansos”, conhecidos pelo etnônimo Aranã.

O príncipe Maximiliano de Wied foio primeiro naturalista estrangeiro a percorrer aquelas paisagens e descrever os indígenas ali existentes, tendo localizado os Malali, por volta de 1815, muito reduzidos, vivendo sob “proteção” militar no quartel do Peçanha, sede da Quinta Divisão Militar,

---

<sup>18</sup>Minas Novas foi “descoberta pelo bandeirante paulista Sebastião Leme do Prado em 1727. A notícia do ouro correu o sertão e em pouco tempo havia se formado na região um povoado denominado Arraial das Lavras Novas dos Campos de São Pedro do Fanado, elevado à condição de vila em 1730, quando passou a receber o nome Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas da Contagem. Minas Novas passou a pertencer ao território baiano até 28 de setembro de 1760. A região de Alto dos Bois pertencia ao município que passou a ser denominado Minas Novas em 1840.

<sup>19</sup>Ver MISSAGIA DE MATTOS, 2017.

enquanto os Macuni, mais numerosos, ainda faziam face aos ataques dos Botocudos em Alto dos Bois.

O viajante austríaco, o barão de Tschudi (1866) refletia sobre o motivo pelo qual não lhe agradava a “fisionomia” daquela paisagem. Segundo seu julgamento estético, faltava “harmonia à totalidade”, “luz e iluminação”. O ar era “quente e abafado, com um cheiro muito forte”. Acima de tudo, a floresta não lhe aliviava e alegrava o coração e por isso ele preferia “os bosques de carvalhos e pinheiros” europeus (TSCHUDI, 1971 [1866], p. 211).

O povoado do Peçanha, antiga zona de mineração fundada em meados do século XVIII pelos bandeirantes e situada às margens do Suaçuí, tributário do médio Doce em sua margem norte, testemunhou - assim como as demais povoações surgidas no período de violenta expansão da frente extrativista mineradora ocorrida com a interiorização das fronteiras de Minas, a saber, Diamantina, Serro, Minas Novas - o “descimento” da numerosa população indígena pertencentes à família lingüística Maxakali. M. Rubinger (1963) identificou aquela região como local de “correrias” deste povo.

O engenheiro Demerval José Pimenta (1966), natural de Peçanha e responsável por diversos estudos sobre o processo de povoamento regional<sup>20</sup>, identificou na decadência das mineração a causa do surgimento de uma casta de “desocupados, vadios, compostos de mulatos, mestiços e negros forros”, que a administração da Província enviava para “os sertões remotos do Cuieté, Abre Campo, Peçanha e outros mais, a fim de neles se arrancharem”. Uma vez localizados naqueles “coitos de assassinos e ladrões”, aqueles “vadios” iriam “agir como feras... em perseguição aos índios e destruindo quilombos de negros fugitivos” (PIMENTA, 1974, p. 388).

A relação dos povos dos altos do Doce, Mucuri, São Mateus e Jequitinhonha com os portugueses reporta, assim, aostempos coloniais, quando apareciam nos nas aldeias indígenaspara trocar “cintos de pena” por

---

<sup>20</sup> Ao interpretar as genealogias levantadas, o autor conclui que, além de revelarem o local de procedência das famílias, seus deslocamentos e os locais de fixação, mostram também a “origem étnica” das famílias, “o entrosamento com os indígenas e o cruzamento de todas elas; as suas tendências para os labores das fazendas, do comércio, da extração do ouro e das pedras preciosas; as lides políticas...”. A análise das genealogias, ao lado de sua própria experiência biográfica, levariam o engenheiro a concluir que, apesar dos pioneiros terem procurado conservar, naqueles sertões, seus costumes “civilizados”, “aos poucos [seriam] modificados ou mesmo suplantados pelos hábitos e costumes primitivos dos escravos africanos e dos indóceis silvícolas nacionais, com os quais os colonos conviviam intimamente, dado o isolamento dos núcleos em que habitavam” (PIMENTA, 1966: 11; 179).

facões e machados. O relato do Ouvidor da capitania de Porto Seguro, de janeiro de 1764, informava, não sem demonstrar um especial interesse, sobre os indígenas existentes no Mucuri, potencialmente transformáveis em “súditos” de Sua Majestade.

Também me informaram, parece-me que com verdade, que à povoação de S. Mateus têm descido por várias vezes bastante gentios em tom de paz a fazer o seu negócio e que o mais que querem são facões e machados, dando por eles cintas de penas, e que suas aldeias são governadas por um João da Silva Guimarães que há anos desceu fugido das Minas. (*apud*PÔRTO, 1928, p. 11).

Assim como os franceses Saint-Hilaire e D’Orbigny, também pernотaram em Alto dos Bois outros visitantes ilustres, como o príncipe alemão Maximilian de Wied, além de Emanuel Pohl, Von Spix e Von Martius, que deixaram seus registros sobre a localidade. Devido à vigência do decreto de Guerra contra os “botocudos antropófagos” (1808-1831), as crianças indígenas (*kruk*) eram comercializadas e esses viajantes estrangeiros se interessaram em obtê-las<sup>21</sup>.

Os quilombolas que encontramos em Alto dos Bois em 2015 (há três quilombos na região: Barra do Capão, Engenho e Alto dos Bois) contam diversas histórias sobre os índios que lá viviam. Em consonância com os demais moradores de comunidades rurais da localidade Santo Antônio dos Moreiras, garantem que os indígenas foram afungentados pelos moradores, inclusive quilombolas, interessados nos territórios. Além de permanecerem na memória local, há também vestígios materiais da presença indígena em Alto dos Bois, como um cemitério identificado pelos quilombolas. O historiador local J. C. Machado (2000) afirma ainda que os Macuni que permaneceram em Alto dos Bois se mesclaram à população negra.

---

<sup>21</sup> As crianças indígenas vitimadas pela guerra foram muito cobiçadas por traficantes, agricultores e até naturalistas viajantes estrangeiros. Todos estes que ali estiveram na primeira metade dos Oitocentos negociaram levaram consigo um *kruk*, após negociações levada a cabo principalmente na Sétima Divisão Militar de São Miguel, no Jequitinhonha, com o alferes Julião Fernandes Leão. O menino Quäck foi adquirido pelo Príncipe Maximilano de Wied Neuwied, sendo enviado para a Alemanha onde iria falecer aos 27 anos, tendo sido importante auxiliar de Wied na pesquisa lingüística e de identificação de espécies levadas da região. Saint-Hilaire também negociou um menino para levar para a Europa, após vários périplos que descreve em sua Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, p. 276. Já o *kruk* obtido pelo austríaco Johann Emanuel Pohl, conseguiu escapar. Cf. Pohl, 1976 [1817-1821], p. 141-142. O engenheiro Victor Renault detalhou a trajetória da criança levada em 1837, que veio a falecer pouco tempo depois.

## Os “Botocudos antropófagos” e os sentidos da paisagem

O coronel francês Guido Thomaz Marlière(1767-1836), que foi diretor geral do Índios da Província de Minas Gerais e comandante de todas as Divisões Militares do Rio Doce (1824-1829)conviveu com os Botocudos e Puris por longos anos, tendo registrado e publicadocontinuamente suas impressões sobre aquela paisagem e suas gentes que permanecem fontes inestimáveis para o estudo da região. Ele afirmava que “os Botocudos dão logo um nome aos lugares em que penetram pela primeira vez e têm outros para os que dantes frequentavam”<sup>22</sup>. Por meio de uma lista bastante sucinta, podemos perceber como os rios formavam, na sua cosmologia, um conjunto vivo de entidades que possibilitavam a sobrevivênciadados povos lá existentes: Rio Santo Antônio, *Uatú-Uahá* (Rio Macho); Rio Doce, *Uatú-Yupú* (Rio Mãe); Rio Cuieté, *Uatú-Uahá-Orang* (filho do Rio Macho). Já o linguista Bruno Rudolph<sup>23</sup>, que esteve de passagem nas matas do Mucuri na implantação da Companhia do Mucuri do político mineiro Teófilo Otoni, também observou, de forma semelhante, que os Botocudos denominavam o rio Mucuri de *Uwatu Jikan* (Rio Pai).

Na visão colonial, os chamados Sertões de Leste sofreram um deslocamento em relação à sua representação tal como simbolicamente concebida pelos administradores: aquele perigoso território de índios, próprio para abrigar apenas degregados e criminosos, transformar-se-ia progressivamente, na transição para os Oitocentos, em um verdadeiro Eldorado que a “civilização” deveria conquistar.

Um grande afluxo de garimpeiros ilegais para a região do arraial de Itacambira (atual Grão Mogol) passa a ser observado a partir de 1781, com a descoberta de diamantes e de ouro na serra de Santo Antônio do Itacambiruçu. Três Companhias de Dragões ali passam a se estabelecer de forma permanente (PIZARRO, 1909, p. 153-157). Devido à repressão militar e ao esgotamento das jazidas, estes ajuntamentos de garimpeiros se espalharia pelos currais que já existiam na região, também denominada de gerais ou cerrado.

---

<sup>22</sup> Jornal *O Universal*, n. 62, 7 de dezembro de 1825. Ouro Preto.

<sup>23</sup> Rudolph, 1909, p.47

O decreto de guerra ofensiva aos “antropófagos botocudos”, em 1808, constituiu um dos momentos desta gradativa passagem, processada através de confrontos inter-étnicos nos quais os índios não teriam participado apenas como atores secundários, uma vez que chegaram a impor sua soberania sobre a região, desafiando a Coroa.

As primeiras seis Divisões Militares instituídas em Minas para essa guerra foram instaladas na bacia do rio Doce. A Sétima Divisão, estabelecida em 1810, atuava no Jequitinhonha mineiro e seus afluentes; seus quartéis deram origem a futuras cidades: a localidade de São Miguel, que sediava a 7ª. DMRD sob o comando do alferes Julião Fernandes Leão por mais de duas décadas<sup>24</sup>, transformou-se na cidade de Jequitinhonha. Articulado a São Miguel se encontravam ainda os quartéis de Alto dos Bois, Itinga (localidade vizinha ao quartel do Teixeira), Bonfim (hoje Joáima, cidade assim batizada para homenagear o importante líder Botocudo), Vigia (hoje Almenara) e Salto Grande (hoje Salto da Divisa) - esta última em local anteriormente ocupado por tropas baianas (SAINT-HILAIRE, 1830 [1975], p. 240-241).

Todas esses quartéis e povoações, com exceção de Alto dos Bois, foram projetados em lugares planos, de maneira diversa dos tempos em que a repressão ao contrabando exigia que estes postos se localizassem em regiões mais altas.

O coronel Guido Marlière insistiu na política de fazer daqueles postos de fronteira, centros de provisão de alimento para os índios, onde haviam roças, sobretudo de milho e mandioca. Em volta dos quartéis foram se estabelecendo fazendeiros e colonos que passaram a povoar a região ao longo dos Oitocentos.

A devastação dos vales do Jequitinhonha e Doce ocorreu com a militarização implementada pela Guerra, permanecendo o vale do Mucuri como última fronteira, contando com a presença e a intensa atuação de numerosos grupos indígenas que naquelas matas encontraram refúgio até o final do século XIX<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup>BIBER, 2014, p. 234

<sup>25</sup> Relatório apresentado ao Dr. Presidente do estado de Minas Gerais pelo Secretário de Minas Gerais pelo Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras

## A abertura dos caminhos na mata

Uma tentativa de abertura da picada para o Mucuria partir de Minas Novashavia sido realizadano ano de 1811pela expedição de Bento Lourenço, como medida de preparação para a chegada da expedição do ilustre viajante alemão príncipe Maximiliano de Wied Newied e sua comitiva. A picada, no entanto, tornou-se logo novamente intransitável devido ao acirramento dos conflitos intertribais então ocorridos, entre povos de fala Maxakali que por ali habitavam e os Botocudos, fugidos das violentas guerras de extermínio contra eles decretada no Rio Doce e no sul da Bahia.

Após o fim do período de militarização e da guerra contra os Botocudos no Rio Doce, debates e pronunciamentos sobre o destino o nordeste mineirotiveram iníciotanto na Assembléia Provincial de Minas Gerais quanto na Assembléia Geral no Rio de Janeiro.

O engenheiro francês Victor Renault, designado para uma expedição e localização de uma colônia para degredados em 1837, ao retornar, demonstra, em seu relatório, as condições de navegabilidade do rio Mucuri, desde o rio Todos os Santos até a sua desembocadura no mar. Considerou ainda vantagens a fertilidade e salubridade das terras do vale do Mucuri.

Na Câmara dos Deputados em 1841, o político mineiro Teófilo Otoni sugeriu os benefícios de uma ligação de Minas Novas com o litoral, que atingisse o sul da Bahia, partindo para uma incursão de reconhecimento. Após seis anos desta primeira tentativa, Teófilo e seu irmão Honório Otoniexpediram para o governo imperial um *memorandum* para o estabelecimento das condições de incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do rio Mucuri. Assim, em 1847, os irmãos Otoni finalmente criaram a Companhia do Mucuri, de acordo com a resolução assinada pelo Governo Imperial.

A partir daí se formaramduas expedições, uma partindo de Minas Novas e outra do Rio de Janeiro, passando por São José de Porto Alegre (foz do rio Mucuri, atual cidade de Mucuri-BA), que se encontraram no meio da floresta, num local denominado *Coroa dos Muris*, abaixo da cachoeira da

---

Publicas Dr Francisco Sá. Em o anno de 1893. Doc N. 5. Cópia do relatório na parte relativa a catequese. Vol II Anexos. P. 214.

Santa Clara no rio Mucuri – local onde, após uma extensão de 25 léguas (cerca de 150 quilômetros), a navegação pelo Mucuri se tornava inviável. Após este trecho, para viabilizar os trabalhos da Companhia, foinecessário abrir uma estrada que se comunicasse com Minas Novas, Serro e Diamantina, rompendo a mata adentro em mais outras 27 léguas.

Em 1847 foi também fundado o quartel de Santa Cruz, tendo para lá se dirigido dois frades capuchinhos italianos acompanhados da comitiva que penetrou o interior das imensas selvas. O frade capuchinho Bernardino de Lagonegro, primeiro missionário responsável por implantar na Província um sistema de catequese indígena, tal como preconizado pelo recentemente decretado Regulamento das Missões (1845)<sup>26</sup>, permaneceu em Santa Cruz para “civilizar” os Botocudos liderados pelo “capitão” Casimiro, filho do português Antônio Gomes Leal, diretor de Índios da Sétima Divisão Militar, comandadas pelo coronel francês Guido Marlière e um dos principais pioneiros do Mucuri. Casimiro Gomes Leal, sucederia ao pai na Direção dos Índios Macuni, aldeados em Alto dos Bois.

Na expedição de 1852, Teófilo Otoni subiu o rio Mucuri, com colonos, enquanto outros dois grupos saíram de Alto dos Bois e de Trindade (na bacia do Mucuri) Esses dois grupos mineiros se reuniram em Poté, que era então um *quijeme* (aldeia) de Botocudos *Naknenuk*, de onde abriram uma trilha de 33 quilômetros até o lugar onde lançariam os fundamentos do arraial de Filadélfia, local plano circundado de morros que sediaría a Companhia. (MIRANDA, 2007, p. 102- 03).

Nos barracões da Companhia do Mucuri os indígenas passaram a comercializar couros de veados, drogas dos sertões e batatas pelas mercadorias trazidas pelos colonos.

Os Naknenuk – Botocudos “mansos” que permaneceram na região do Mucuri - seriamaldeados pelos capuchinhos Frei Serafim de Gorizia e Frei Angelo de Sassoferrato em Itambacuri, duas décadas depois.

Situado às margens do caminho que ligava Minas Novas a Filadélfia, o arraial de Capelinha –na região de Alto dos Bois - , elevado à sede de

---

<sup>26</sup>Sobre a historiografia das missões imperiais, fundadas sob o Decreto 426 de 1845, ver Missagia de Mattos, 2003. Cópias do decreto podem ser encontradas em Beozzo (1983) e Moreira Neto (1988). Para uma análise mais detida desse regulamento, conferir Sampaio (2009).

freguesia na década de 1850, recebeu seu contingente populacional a partir de uma rota migratória que seria posteriormente utilizada para o povoamento do Itambacuri: a subida pelo rio Jequitinhonha a partir do sul da Bahia (MACHADO, 2009, p. 74-75). Com efeito, os primeiros “brasileiros” habitantes entre os índios do Itambacuri eram bahianos (os onze irmãos Ramos da Cruz), sendo a missão do Itambacuri (1873-1911) o destino final de uma rota que atravessou levas sucessivas de migrantes nordestinos refugiados das secas que assolaram os sertões, sobretudo na década de 1880.

Até 1804, no entanto, o conhecimento geográfico da região era bastante impreciso: não se sabia sequer se o rio Jequitinhonha que nascia nas vizinhanças do Arraial do Tijuco (Diamantina) e o rio Grande de Belmonte (na porção bahiana) eram o mesmo. Apenas após a expedição dirigida pelo capitão-mor João da Silva Santos, de Porto Seguro, foi constatada sua continuidade da nascente até a foz (SAINT-HILAIRE, 1830 [1975], p. 248).

Ao longo dos mais de mil quilômetros de distância percorrida em sua calha, o curso do rio Jequitinhonha, no ano de 1880, tinha apenas três povoações em suas margens, a saber: o arraial de Rio Manso (hoje Couto Magalhães de Minas), localizado a cem quilômetros das nascentes; o aldeamento de Lorena dos Tocoíós (povos de fala Maxakali estabelecido em 1797), a duzentos e cinquenta quilômetros abaixo, no início da mata; a vila de Belmonte, em sua foz - quinhentos quilômetros rio abaixo - num trajeto todo de matas fechadas, distante cerca de cem quilômetros de Porto Seguro.

### **Estrada de Rodagem de Santa Clara a Filadélfia**

Muitos dos trechos construídas pelos engenheiros da Companhia do Mucuri retraçaram antigas picadas dos índios. Os trabalhos de abertura da estrada de rodagem tiveram início em 1851 pela cachoeira de Santa Clara no rio Mucuri, passando por Filadélfia (hoje cidade de Teófilo Otoni), no caminho de Minas Novas, onde chega aos 23 de agosto de 1857, após abrir 27,5 léguas de Mata Atlântica. Seria a primeira estrada de rodagem do Brasil. O objetivo era abrir caminho para escoamento dos gêneros produzidos na Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, em Filadélfia, no centro da mata, até o mar, uma vez ultrapassada a barreira do encachoeiramento no rio Mucuri, que interrompia sua navegabilidade, na localidade de Santa Clara.

Em seu trabalho de projetar o trecho da estrada de Filadélfia ao Urucu, no ano de 1854, o engenheiro Roberto Schlobach utilizou-se do “alinhamento” já feito pelos “bugres” em suas picadas. Em um determinado trecho particularmente difícil, o engenheiro justificou o projeto, dizendo que “uma demonstração de ser a melhor passagem aqui porque os bugres não gostam de passar por morros bravos”<sup>27</sup>. Já a continuação da estrada até Santa Clara, onde a navegação do Mucuri permitia embarcações a vapor até o mar, na vila de São José do Porto Alegre, encontrara o terreno já “dividido, e mesmo demarcado para cada tribo; atravessar a fronteira é um ato de guerra”<sup>28</sup>. As “tribos” que habitavam aquele “país” a ser atravessado pela estrada aberta pela Companhia do Mucuri, foram identificados por T. Otoni como “os naknenukes, os pojichás, os jiporoks bravos, e os jiporoks mansos inimigos irreconciliáveis uns dos outros”<sup>29</sup>. Os mapas feitos pelos engenheiros detalhavam a localização de cada aldeia, bem como os marcos dos territórios indígenas.

A Colônia Militar do Urucu seria construída em 1854, a 12 quilômetros da sede da Companhia do Mucuri, no caminho para Alto dos Bois, conforme os acordos realizados com o Governo Imperial. A política de implantação de colônias militares pelo Exército brasileiro nesta ocasião atendia a objetivos distintos dos quartéis implementados na guerra ofensiva aos “botocudos antropófagos”.

Os 200 Botocudos que ali se encontravam na visita de Tschudi também eram migrantes recém-chegados do Jequitinhonha, tendo dali emigrado após episódios de violentos conflitos com os trabalhadores da própria Companhia do Mucuri, como foi atestado pelo próprio Tschudi e depois por T. Otoni (OTONI, 1858, p. 227).

## O Itambacuri

Ao europeu causava pasmo as árvores seculares do Brasil de 30, 40 e mais metros de altura e de grossura extraordinária. *Estávamos rodeados dessas*

<sup>27</sup> Ofício de Roberto Schlobach a Augusto Otoni. 09 de novembro de 1854. PP. Cx. 76. Doc. 07. APM

<sup>28</sup> Ofício de Teófilo Otoni ao presidente da Província. 03 de novembro de 1854. PP. Cx. 76. Doc. 07. APM

<sup>29</sup> Ofício de Teófilo Otoni ao presidente da Província. 03 de novembro de 1854. PP. Cx. 76. Doc. 07. APM

*extensíssimas florestas virgens, abrigos de onças e tigres ferozes, de serpentes enormes e venenosas e de selvagens ainda mais temerosos.*

Frei Ângelo, 1915.

Outros sentidos nativos para a investigação da paisagem, neste caso mais circunstrita à missão do Itambacuri, podem ser depurados as Memórias escritas pelo professor bilingue da missão Domingos Ramos Pacó, um magistral manuscrito sobre a memória da origem do aldeamento missionário do Itambacuri.

Segundo Pacó, filho do pioneiro baiano Félix Ramos da Cruz e da indígena Umbelina Pohoc, filha do chefe Pohoc que liderava diversos subgrupos Botocudos na região do Tambacuri, era já numerosa a população indígena que se encontrava no local a ser escolhido pelos missionários para sediar a missão. O grupo sediado em Itambacuri era constituído por aldeias interligáveis, que, mantendo um sistema eficaz de comunicação, permanecia protegido dos ataques tanto de grupos indígenas inimigos – como os Aranã e os Giporok - quanto das incursões dos “brancos” não aliados. (PACÓ, 1918 [1996], p. 201).

Teófilo Otoni, que se tornou um exímio conhecedor da geografia e dos povos da região, em suas diversidades e histórias, reconhece a existência do Tambacuri, afluente do Doce, onde já se situavam aldeias de Botocudos “amansados”. Mas, daqueles altos divisores de águas, era comum enganar-se ao seguir o leito de rio de águas com caídas para diferentes bacias – o que ocorreu com a tentativa de abertura de estrada passando pela região que, posteriormente, iria ser “rebatizada” como Itambacuri.

Outro interessante manuscrito, de autoria do coletor Arnaldo Freire, foi localizado por frei Olavo (1969: 27v), em sua pesquisa nos arquivos regionais, realizada no ano de 1962. Elaborado “segundo lembranças de Adolfo Gomes Colen e outros descendentes dos Gomes Leal”, o documento informa que “sob o poder do capitão Poté (*Mumbuca*) estavam ao sul e oeste do Mucurizinho (um dos dois braços das cabeceiras do Mucuri) os Karakatans; ao norte e leste os Paranãs e Mocotis (?); no centro os Paranãs e Tamboris.” Seriam esses “índios do capitão Poté”, segundo A. Freire, os “mansados”, antes da vinda do Otoni, por Antônio Gomes Leal, o filho, de acordo como manuscrito. Seriam

também esses os primeiros a serem aldeados, em 1873, por frei Serafim de Gorízia, em Itambacuri.

A tarefa de “descortino” daquelas matas foi realizada pelos moradores indígenas, mestiços e migrantes “nacionais”, sob a direção dos missionários subvencionados pelo Governo em todo o período de fundação e consolidação da missão.

O centro do estabelecimento distava trinta e oito quilômetros ao sul da cidade de Teófilo Otoni (antiga Philadelphia), estendendo-se sobre os vales dos “ribeirões Itambacuri e Norethe, nas vertentes do rio Tambaquari, e pouco longe das do rio São Mateus”<sup>30</sup>. A beleza e “uberidade” do local seria evocada constante em toda a documentação, tanto dos missionários como dos seus administradores civis. A descrição dos terrenos do aldeamento por seu fundador e diretor, frei Serafim de Gorízia, de caráter apologético, deixa entrever seu visionário projeto, ao mesmo tempo “redentor” e “civilizatório”, subsumido na instalação da missão:

No centro de uma imensa mata virgem sobre os ribeirões Itambacuri e Norete, e as vertentes do rio Tambaquari que despenham-se todos os três por bonitas cascatas, sendo uma desta de uma altura extraordinária e tem mui perto, do lado norte, as cabeceiras do rio S. Mateus e ao sul as matas de Aranan e Catulé, passando pelo meio em terras limítrofes do rio Doce a corrente do dito Tambaquari: a leste estende-se a imensa mata banhada do rio S. Mateus, com todos os seus afluentes, tendo finalmente a oeste o de Malacacheta e de Urupuca (Trindade e Alto dos Bois).

No ano de 1882, época florescente do aldeamento, povoações de índios e nacionais espalhavam-se sobre os “ribeirões de Nossa Senhora dos Anjos”, ou seja, os afluentes do Tambaquari e das cabeceiras do S. Mateus. O aldeamento constituía, então, um “ponto de centro do desenvolvimento de uma população nova e espalhada, e da lavoura dispersa sobre a superfície talvez maior de 200 quilômetros em quadro”. O que antes era “mato virgem”, “abrigo de índios e feras”, transformava-se em “vasto, salubre e ubérrimo território, muito próprio para toda cultura e indústria agrícola”<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Frei Serafim de Gorízia. Resposta anual aos quesitos da Diretoria Geral dos Índios. 1882. AGO.

<sup>31</sup> Relatório do diretor do aldeamento central do Itambacuri, frei Serafim de Gorízia, ao diretor geral dos índios. 05 de julho de 1882. Gav. 20. Pasta II. Doc. 26. ACRJ.

Quanto à disposição do povoamento no território da missão, sua principal marca seria a da dispersão. Tal característica, aliás, pode ser também observada em missões capuchinhas estabelecidas em outras regiões do país sob a égide do Regulamento das Missões de 1845, como a Amazônia, estudada pelo historiador Márcio Couto Henrique (2013), onde também “os índios não residiam efetivamente na missão”. “Grande parte deles de ambos os sexos se acha fora, a título de agregados em serviço de particulares...” – observava o presidente da Província do Pará (*apud* HENRIQUE, 2013: 141). O Diretor Geral dos Índios da mesma província registrava, em seu “Relatório sobre o estado dos índios do Amazonas”, que os Mundurucus, “como os Maués, residem a maior parte do tempo nos seus sítios” (*apud* HENRIQUE, 2013: 141), não habitando, portanto, em um tipo de espaço “urbanizado” pelos missionários. Este padrão de ocupação “dispersa” das aldeias missionadas pelos capuchinhos implicou em perda de autonomia dos missionários sobre os indígenas, que podiam negociar livremente sua mão-de-obra com os demais atores presentes na fronteira, muitos dos quais francamente contrários à atividade catequética, tanto na Amazônia, como em Minas.

Frei Serafim descrevia para o ministro geral da Ordem sobre como a população era distribuída, no ano de 1891.

Sendo região nova, não pode com celeridade atingir ao grau de completa prosperidade, visto que tanto os índios como os nacionais são lavradores pobres e se acham disseminados em diversos grupos, mais ou menos afastados do centro.<sup>32</sup>

Em relação à composição da população indígena reunida no Itambacuri, no ano de 1887, era de *1042 falantes do mesmo idioma*, cujas denominações seriam de Puruntum, Pojichá, Giporok, Potón, Catulé, Crenhé, Aranã, etc, fora os “índios errantes e bravios que percorrem o interior da vasta floresta banhada pelos rios Itambacuri e São Mateus”<sup>33</sup>.

No alvorecer da república, o Itambacuri assemelhava-se a um grande “celeiro”, que recebia migrantes da seca do nordeste que assolava por anos seguidos, atingindo também o Mucuri. Pela abundância de águas que banhavam o aldeamento, Itambacuri não sofria com a seca. As doenças

<sup>32</sup> Ofício do diretor do aldeamento central do Itambacuri ao ministro geral da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. Agosto de 1891. AGO.

<sup>33</sup> Relatório diretor geral dos índios, Manoel de Paula Ferreira, ao presidente da Província, Antônio F. de Souza Magalhães. 20 de maio de 1887. SG 25, pp 4-4v. APM.

trazidas por povos de procedências diversas, no entanto, passaram a acometer a população indígena, configurando uma perspectiva francamente trágica. Enquanto isso, nacionais e imigrantes conquistavam as melhores terras, algumas das vezes “comprando-as” dos índios a troco de quinquilharias e aguardente.

### **O destino das terras e a prática da mestiçagem**

No caso dos capuchinhos italianos em Minas, observamos a teologia catequética pautando-se, em grande medida, na tese da impraticabilidade da conversão dos Botocudos, considerados “incorrigíveis” em seu pensamento “supersticioso”. Por causa do seu “amor pela vida errante” e “aversão ao trabalho fixo”, os diretores do Itambacuri afirmaram que “enquanto houvesse mata haveriam correrias de índios”.

A civilização dos Botocudos dependia, por isso, do “descortino” da floresta. A entrada de “brasileiros” tornou-se, deste modo, estratégica para seus objetivos, passando a caber aos “caboclos pioneiros”, com seu “trabalho mestiço”, a responsabilidade pela abertura de novas áreas agriculturáveis no território da missão.

A abertura franca da missão à entrada de nacionais pobres, crescentemente interessados em abrir propriedades particulares no território, ainda que não prevista no projeto original elaborado pelo diretor geral dos índios - sob evidente influência das missões jesuítas do Paraguai – ocorreu de forma estratégica para neutralizar a potencial rebeldia indígena, perante os impasses vividos pelos missionários na implantação da catequese. g

A estratégia da “mestiçagem” não tardaria a ser formulada como solução “prática” para o “problema” (da existência) dos índios, posto que através dela não apenas desaparecia a raça “apurada” e a potencial ameaça de “traição”, porém, sobretudo, servia para desarticular possibilidades de alianças políticas entre os próprios índios, consideradas sempre enquanto virtualidade no imaginário colonizador, como mostra a passagem abaixo, quando, já no início do século XX, os missionários refletiram sobre a experiência de mestiçagem realizada enquanto um dos principais instrumentos da catequese “bem sucedida” dos Botocudos do Mucuri.

O desaparecimento dos índios “velhos”, assim como dos considerados “malévolos” – os líderes – por morte natural, figura em relatórios posteriores ao levantamento dos índios de 1893 como punição enviada pela ira divina. Índios rebeldes morreram por “morte natural” (acidentes) e “falta de higiene” (quando retornam para as florestas em época de convalescença de suas “febres”). O decréscimo populacional ocorrido entre os índios pós-revolta, assim, a ser interpretado como punição natural/celestial, como pode ser depreendido do relato de frei Serafim.

Após a rebelião de 1893, a colônia indígena sofreu uma completa reestruturação. Grande parte dos índios, perseguida por reforços armados, morreria em fuga. Outros tantos adentraram novamente nas matas e não mais retornaram.

A revolta no aldeamento missionário em 1893 configurou um cenário de destruição, caracterizado por incêndios em paióse plantações, destruição de pontes e outras edificações, etc. O episódio do assassinato de índios rebeldes, cujas orelhas decepadas foram entregues aos diretores do aldeamento, se encontra ainda muito vívida na memória oral, apesar de não constar nas fontes históricas para aquela situação, constando, outrossim, nos relatos da violência da guerra ofensiva contra os Botocudos.

A complexa situação social, política e econômica e ambiental naquela zona de fronteira, captadora de migrantes e de recursos governamentais, disputados por interesses antagônicos de atores diversos, ao lado dos “horrores” e “desolações” que marcaram o final da década de 1880, que também testemunhou uma transição de regime político, teve na revolta de 24 de maio de 1893 um poderoso emblema.

Sobretudo a imagem do indígena, no interior das relações interculturais do aldeamento, passou a ser desvalorizada a ponto de nem mesmo a língua poder continuar a ser pronunciada pelos que permaneceram, convertidos. Hoje muitos dos habitantes locais continuam a se envergonhar da ascendência indígena, já que os índios tentaram matar os venerados padres, celebrados heróis da fundação da cidade.

O impacto da revolta se fez sentir sobretudo na composição demográfica da população indígena. Em agosto de 1893, três meses após a rebelião de 24 de maio, excluindo as baixas havidas com fuga de índios e

epidemias, contavam-se em Itambacuri um total de 642 índios e mestiços (210 “puros” para 432 “mestiços”), sendo 96 considerados “índios puros menores de 10 anos”, para um total de 233 crianças consideradas mestiças.

Segundo o historiador Eduardo Ribeiro (1993: 33), o baixo e o médio Jequitinhonha, após o período de ocupação militar, foi povoado por índios, mestiços e mulatos que praticavam uma agricultura de subsistência, criavam porcos e algum gado e que se dirigiam aos arraiais apenas nos domingos e dias santos. O mesmo padrão ocorreu no Itambacuri, com a entrada dos “caboclos pioneiros” também pelos caminhos do nordeste, pela via do Alto dos Bois; a diferença mais significativa entre as situações constituía na administração dos recursos e da política, realizada na catequese exclusivamente pelos missionários, de acordo com as instruções do governo provincial e geral, até a proclamação da República.

O trabalho agrícola tornou-se uma chave preciosa para essa pretendida metamorfose da “selva” em civilização. A desnaturalização da relação do indígena com a floresta - que, em sua abundância, favorecia a “vida errante”, à qual os Botocudos se aferravam, propiciando contínuas oportunidades para a evasão - seria crucial para a *conversão*.

As imensas florestas seriam qualificadas pelos missionários, ao longo de toda a correspondência mantida com seus superiores, enquanto lugar “medonho”, “hediondo” e “bruto”, que seu trabalho visava transformar em “centro de civilização e de salvação”<sup>34</sup>.

Esta mesma mentalidade sobre a hostilidade da paisagem foi observada na colonização da África ao longo do século XX pelo antropólogo F. Fanon:

A natureza hostil, indócil, essencialmente rebelde é de fato representada nas colônias pela selva, os mosquitos, os indígenas e as febres. A colonização alcança êxito quando toda essa natureza insubmissa é enfim domada. Estradas de ferro através da savana, secagem dos pântanos, inexistência política e econômica do indigenato são na realidade uma só e mesma coisa. (FANON, 2012, p. 212)

Este processo já se encontra descrito nos manuscritos dos diretores do aldeamento do Itambacuri, que drenavam as lagoas consideradas “insalubres” e geradoras de epidemias na população nativa e mestiça. A floresta também

---

<sup>34</sup> Frei Serafim de Gorizia ao ministro geral da Ordem dos Capuchinhos. 23 de Novembro de 1889. AGO.

era considerada “inimiga” da civilização indígena, que concebia a conversão pela transformação dos ameríndios em trabalhadores agrícolas, enquanto, para os indígenas, constituía uma possibilidade de “recreação”, como descreveu o professor indígena (PACÓ, 1918 [1996]), ou seja, um atrativo ou “tentação” constante, já que os Botocudos aldeados a penetravam com frequência em suas expedições de caça e pesca. Por isso, além de esgotarem as lagoas, os missionários transformaram a “selva” estimulando a queimada para “abertura” das matas..

### **À guisa de conclusão**

O desenvolvimento econômico naquela região atingiu sua fase áurea durante as primeiras décadas do século XX. Os indígenas e seus descendentes, responsáveis pela abertura das estradas e franqueamento das matas, quando sobreviveram às adversidades das precárias condições de trabalho e exclusão social, mantiveram-se nos mais extremados níveis de pobreza que ainda hoje caracteriza a população mestiça regional.

A disputa de um extenso território compreendido na divisa entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo na chamada *Serra dos Aimorés*<sup>35</sup>, iniciada em 1911 com um litígio protagonizado pelo fundador da missão de Itambacuri, Frei Serafim de Gorizia, atingiu em cheio os povos da região naquela que ficou conhecida como “guerra” do Contestado.

As plantações de café, que dominavam o sul do estado do Espírito Santo, puderam transpor a barreira do Rio Doce com a construção da ponte em Colatina, expandindo a fronteira agrícola para as matas ainda indevassadas. Contingentes de imigrantes do sul do Espírito Santo passaram a buscar abrir latifúndios para o plantio do café, acarretando um violento conflito de terras que durou cinco décadas.

O conflito entre as jurisdições dos Estados acarretou uma situação de extrema violência envolvendo grilagem de terras, assassinatos e diversos outros crimes. Enquanto durou a disputa do amplo território, madeireiros, caçadores, lenhadores derrubaram as madeiras de lei que ali havia em

---

<sup>35</sup>Aimorés foi o etnônimo atribuído na época colonial aos mesmos Botocudos do século XIX

abundância<sup>36</sup>. A resolução da zona contestada só ocorreria em 1963, quando se estabeleceu um tratado de paz entre os governadores dos dois Estados, após decisão do Supremo Tribunal Federal.

A densa floresta atlântica que abrigava a região foi substituída pelo cenário atual de pastagens muito erodidas, que resultou do extrativismo agressivo da madeira de lei ali existente, além da pecuária extensiva e da drenagem de brejos e lagoas que havia em abundância.

Processos de degradação de terras e desertificação encontram-se geralmente associados à situações de pobreza e extrema pobreza - tendência observada hoje em toda aquela antiga zona coberta pela mata atlântica, que apresenta baixíssimos índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

A professora indígena Neide Aranã, em sua pesquisa sobre a memória regional, destacou o uso de atribuições pejorativas - como a de “bravios, rebeldes, selvagens, valentes, perigosos, egoístas” - que discriminam negativamente a presença dos indígenas na história (BARBOSA DOS SANTOS, 2010). Observa, ainda, de forma comparativa que seus antepassados não puderam valorizar os territórios perdidos mas que, nos dias atuais, seus movimentos e lutas concentram-se justamente no tema do reconhecimento de seus territórios e da preservação ambiental.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1. Documentos manuscritos

#### *Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.*

“O Mucuri e o Nordeste Mineiro no passado e seu desenvolvimento segundo documentos e notícias recolhidas por Frei Olavo Timmers OFM em lembrança do 100º aniversário de Teófilo Benedito Otoni. 1869 – 17 de Outubro de 1969”. Teófilo Otoni. Datilografado com emendas manuscritas. 535 fls.

#### *Arquivo dos Capuchinhos do Rio de Janeiro (ACRJ)*

Correspondência e ofícios da Catequese do Itambacuri.

Gaveta 20 (toda), correspondência expedida do Itambacuri para a Diretoria dos Índios de Ouro Preto e para o Comissário Geral das Missões, assinada por Frei Serafim de Gorizia e Frei Ângelo de Sassoferato; gaveta C (toda), manuscritos; gaveta 15 (Pastas de I a IX), documentos do Governo da Província de Minas Gerais dirigidos ao Diretor do Itambacuri; gaveta 21 (Pasta I: “Teófilo Otoni”), correspondência dirigida a Frei Serafim ou Frei Ângelo.

---

<sup>36</sup> Uma multinacional holandesa, a Bralanda (Brasil-Holanda), se instalou na região, montando várias serrarias (MORAES: 2014: 150)

Frei Ângelo de Sassoferrato “Synopsis da Missão cathechética dos selvicolas do Mucury, norte do Estado de Minas Geraes. Esta Missão foi fundada em 1873, pelos Rev.mos Capuchinhos Seraphim de Gorizia e Ângelo de Sassoferrato no centro das matas, distantes 36 quilômetros ao sul da cidade de Theophilo Ottoni (antiga Philadelphia)”. 1915 69 fls. Gav. C, Pasta IV.

**Arquivo Geral da Ordem Capuchinha, Roma**

Istituto Storico dei Frati Cappuccini, Pasta H 85:

Ofício dos diretores do aldeamento do Itambacuri dirigido ao ministro e secretário d’Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas no Rio de Janeiro. Março de 1885. Arquivo Geral da Ordem, Colegio San Lorenzo da Brindisi, Roma, Italia.

## 2. Bibliografia.

BARBOSA DOS SANTOS, Maria Neide. Temas sobre História Indígena nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: em busca de memória Aranã. Formação Intercultural de Educadores Indígenas – FIEI. Trabalho de Conclusão de Curso. UFMG, 2010.

BARRETO, Adriana et al. **Pacificação**: o que é e a que se destina. Rio de Janeiro: Ed. Alameda. (2017).

BEOZZO, José Oscar. **Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983.

BIBER, Judy. Mediation Through Militarization: indigenous soldiers and transcultural middlemen of the Rio Doce Divisions, Minas Gerais, Brazil, 1808-1850. *The Americas*, Volume 71, Number 2, October 2014, pp. 227-254.

CASTRO, Filipe J. da Cunha, Expedição ao Rio Doce: relatório de viagem de inspeção à 1ª, 5ª, 6ª e 7ª divisão do rio Doce, realizada pelo Comandante Interino do Quartel Geral das Divisões, dirigido ao Presidente da Província das Minas Gerais, em 09/11/1832. **RAPM XVII**, 1913 (1832), pp. 78-90.

CULTRERA, Samuel. **Entre os Selvagens**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2000 (1909).

D’ORBIGNY, Alcide, **Viagem Pitoresca Através do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976 (1836).

DEAN, Warren, 1996. **A Ferro e Fogo**: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Cia das Letras.

EHRENREICH, Paul. **Índios botocudos do Espírito Santo no século XIX**. Vitória, Ed. IHGES, 2004 (1887).

ESPÍNDOLA, Haruf S. A navegação do Rio Doce: 1800-1850. **Navigator**, v.3, n.5, p.50-72, 2007.

ESPÍNDOLA, Haruf S. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: Edusc /Univale/Instituto Terra, 2005.

FANON, Franz. **Os Condenados da Terra**. Ed Civilização Brasileira. 1978.

GALVÃO, Eduardo. **Encontro de Sociedades: Índios e Brancos no Brasil**, Eduardo Galvao, 193-228. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GEPAF – UFVJM. Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Cidadania do Vale do Mucuri (PDTRS). MDA. 2010.

GOMES, José Cândido. **Relatório da Comissão Liquidadora da Companhia do Mucuri**, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862.

HENRIQUE, Márcio Couto. A perspectiva indígena das missões religiosas na Amazônia (Século XIX) **História Social**, n. 25, segundo semestre de 2013, pp. 132-155

LAGE DE RESENDE, Maria Efigênia e VILLALTA, LUIZ CARLOS. **História de Minas Gerais: a Província de Minas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2013.

LANGFUR, Hal Lawrence. **The Forbidden Lands: frontier settlers, slaves, and Indians in Minas Gerais, Brazil, 1760-1830**. Tese Ph.D. University of Texas-Austin, EUA, 1999.

\_\_\_\_\_. “Uncertain Refuge: frontier formation and the origins of the Botocudo war in the late colonial Brasil”. **Hispanic American Historical Review** 82:2, pp. 215-256, 2002.

LEMES DA CRUZ, Juliana. **Escassez de Água**:<sup>[SEP]</sup> Impactos socioambientais e a segurança alimentar e nutricional sustentável. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu: Saúde, Sociedade e Ambiente UFVJM, 2015.

MARCATO, Sônia de A. A Repressão contra os Botocudos em Minas Gerais. **Boletim do Museu do Índio**: 1. Etno-História. Rio de Janeiro, 1979.

MARLIÈRE, Guido Thomaz, 1906. Notícias e Documentos sobre a sua vida. **RAPM XI**, pp. 3-603.

MARLIÈRE, Guido Thomaz. “Correspondência – Notícias sobre os Botocudos: religião, política”. **O Universal**, números 55, 58, 62, 64. Ouro Preto, 1825.

MARLIÈRE, Guido Thomaz. Ofícios. **RAPM X**, pp. 382-668, 1905.

MIKI, Yuko. **Frontiers of Citizenship: A black and indigenous history of postcolonial Brazil**. New York: Cambridge University Press, 2018.

MIRANDA, Nilmario. **Teófilo Otoni**, a República e a Utopia do Mucuri. Ed. Caros Amigos, São Paulo, 2007.

MISSAGIA DE MATTOS, Izabel (no prelo). Colonization, mediation, and mestizaje in the borderlands of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil. Em: RADDING, Cynthia. & LEVIN, Danna (orgs.) **The [Oxford] Handbook of Borderlands in the Iberian World (Oxford University Press, no prelo)**,. New York: Oxford University Press (no prelo).

MISSAGIA DE MATTOS, Izabel. “Povos em movimento nos sertões do Leste” LAGE DE RESENDE, Maria Efigênia e VILLALTA, LUIZ CARLOS. **História de Minas Gerais: a Província de Minas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, pp. 71- 98, 2013.

MISSAGIA DE MATTOS, Izabel. Catequese, miscigenação e nacionalidade: o indigenismo em Minas na transição para a República. *Tellus*, ano 3, n. 5, p. 55-72, out. 2003

MISSAGIA DE MATTOS, Izabel. **Civilização e Revolta:** os Botocudos e a catequese na Província de Minas. Bauru: Edusc/Anpocs, 2004.

MISSAGIA DE MATTOS, Izabel. Indígenas do *Deserto* e do *Sertão* nos Contextos de Formação de Nacionalidades, Século XIX. **Habitus**, v. 14, n.2, jul./dez. 2016.

MISSAGIA DE MATTOS, Izabel. Os dilemas da ‘civilização’ sob o olhar do professor indígena Domingos Ramos Pacó, na transição para a República. Em: PACHECO DE OLIVEIRA, coord. **Os Brasis e suas memórias:** os indígenas na formação nacional, 2018. Disponível em: <http://osbrasisesuasmemorias.com.br/category/etnias/botocudo/>  
Acesso em 15/04/2018

MISSAGIA DE MATTOS, Izabel. Pacificação dos Indígenas nas Minas Oitocentistas e seus significados para a nacionalidade brasileira em formação. Em: BARRETO, Adriana et al. **Pacificação: o que é e a que se destina.** Rio de Janeiro: Ed. Alameda, 2017.

MISSAGIA DE MATTOS, Izabel. Povos em Movimento nos Sertões do Leste (Minas Gerais, 1750-1850). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2012.

MORAES, W. Gomes. **Itambacuri:** o vale das águas. São Paulo: Ed. Ixtlan, 2014.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850). Petrópolis: Vozes, 1988.

MORENO, Cezar, **A Colonização e o Povoamento do Baixo Jequitinhonha:** a guerra contra os índios. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2001.

OTONI, Teófilo Benedito. A Colonização do Mucuri: memória justificativa, em que se explica o estado atual dos colonos estabelecidos no Mucuri e as causas dos recentes acontecimentos naquela Colônia pelo Diretor da Companhia do Mucuri, Teófilo Benedito Otoni, 2002 (1858a). Em: DUARTE, Regina H., org. **Notícia sobre os Selvagens do Mucuri.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

OTONI, Teófilo Benedito. **Condições para a Incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri.** Rio de Janeiro, Tipografia de Imp. e Const. de J. Villeneuve e Companhia, 1847. “

OTONI, Teófilo Benedito. Notícia sobre os Selvagens do Mucuri em uma carta dirigida pelo Sr. Teófilo Benedito Otoni ao Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo, 2002 (1858). Em: DUARTE, Regina H., org. **Notícia sobre os Selvagens do Mucuri.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

PACÓ, Domingos Ramos. Hámbriic anhamprán ti mattâ nhiñchopón? 1918 [1996]. Em: RIBEIRO, Eduardo, org. **Lembranças da Terra:** histórias do Mucuri e Jequitinhonha. Contagem: Cedefes, pp. 198-211, 1996 .

PALAZZOLO, Jacinto de. **Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce.** Como surgiu a cidade de Itambacuri, fundada por Frei Serafim de Gorizia, Missionário Capuchinho (1873-1952). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973 [1954].

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha, 1988. **Nas Terras do Rio Sem dono.** Rio de Janeiro: Ed. Codecri.

PEREIRA, Serafim A. da S. 1989. **Itambacuri e sua história**. Vol I e II. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

PIMENTA, Demerval J. **A mata do Peçanha**: sua história e sua gente. Belo Horizonte, 1966.

PIMENTA, Demerval J. Aspectos do Povoamento do Leste de Minas. Separata da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais** XIV, pp. 369-392, 1974.

PIMENTA, Demerval J. Evolução do Sistema Viário da Capitania e Província de Minas Gerais. **RIHGB**. Vol. XIV, 1970.

PIZARRO, Monsenhor J.S.A. Memórias Históricas da Província de Minas Gerais. **RAPM**. XIII, pp. 523-639, 1909.

POHL, Emmanuel. **Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821**. Vol. II. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1951(1817-1821).

PÔRTO, Reinaldo Ottoni, A Bandeira de João da Silva ‘O Mestre de Campo’, o Todos os Santos e os Selvagens do Mucuri. Separata da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais** II, 1946. pp. 142-177.

PÔRTO, Reinaldo Ottoni. **Notas Históricas do Município de Teófilo Otoni**. Vol. I. Teófilo Otoni, 1928.

RADDING, Cynthia. & LEVIN, Danna (orgs.) **The [Oxford] Handbook of Borderlands in the Iberian World (Oxford University Press, no prelo)**,. New York: Oxford University Press, (No prelo).

RADDING, Cynthia. Naturalizing Borderlands in Time and Space: Imperial Frontiers and Historical Indigenities in The America. **Habitus**, v.14, n.2, p. 5-19, jan./jun. 2017.

RADDING, Cynthia. **Paisajes de Poder e Identidad**: fronteras imperiales en el desierto de Sonora y bosques de la Amazonia. Mexico, DF: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2014.

RENAULT, Pedro Victor, “Relatório da exposição dos rios Mucury e Todos os Santos, feita por ordem do Exmo. Governo de Minas Gerais pelo engenheiro Dr. Pedro Victor Renault, tendente a procurar um ponto para degredo”. **RAPMVIII**, 1903 [1836]. pp 1049-1056.

RIBEIRO, Áureo Eduardo. **Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri**, Minas Gerais, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

RIBEIRO, Eduardo, org. **Lembranças da Terra**: histórias do Mucuri e Jequitinhonha. Contagem: Cedefes, pp. 198-211, 1996.

RUBINGER, Marcos M, **Projeto de Pesquisa Maxakali**, Grupo Indígena do Nordeste de Minas Gerais. Mimeo. 1963.

RUDOLPH, Bruno. **Worterbüch der Botokudensprache**. Hamburg. Vol. VIII. , 1909. 85 p.

SAINT-ADOLPHE, J. O. R. Millet de, **Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo, do Imperio do Brazil**. Paris: J. P. Aillaud Ed. 1845.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1974 (1818).

SAINT-HILAIRE, Auguste de, **Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975 (1830).

SAMPAIO, Patrícia M. Política Indigenista no Brasil Imperial. Em GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (Orgs.) **O Brasil Imperial** (1808-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, pp. 175-206, 2009.

TSCHUDI, Johan Jakob von, **Reisen durch Südamerika**, 5 vols, Vol II, Stuttgart: Brockhaus, 1971 (1866).

WIED NEUWIED, Maximiliano de, **Viagem ao Brasil**, Companhia Ed. Nacional, Coleção Brasiliana 1958 (1823).

*Recebido em Abril de 2018*  
*Aprovado em Junho de 2018*